

CONSELHO REGIONAL DO PORTO | ADVOCACIA

Parecer

Processo

12/PP/2021-P

Data do documento

15 de dezembro de 2021

Relator

Clara Rodrigues

DESCRITORES

Publicidade > Logótipo

SUMÁRIO

I - O artigo 94º do Estatuto da Ordem dos Advogados no seu n.º 1 determina que “Os advogados e as sociedades de advogados podem divulgar a sua atividade profissional de forma objetiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência”.

II - Entende-se por informação objectiva, a denominação, o logotipo ou outro sinal distintivo do escritório, bem como a indicação do respetivo sítio na Internet (artigo 94º nº 2, als. d) e l))

III- Não exercendo o advogado a sua profissão na forma de sociedade de advogados, mas sim individualmente deverá ter o seu próprio logotipo, evitando conteúdos que possam gerar dúvidas sobre a forma como a atividade é exercida.

IV- A inclusão no logotipo e no site de advogado que exerça a profissão em prática isolada, da expressão “Advogados” pode criar a ideia do exercício da actividade de advogado em forma societária, o que não corresponde à realidade e poderá criar falsas expectativas nos clientes, nomeadamente no que se refere à responsabilidade civil do profissional.

TEXTO INTEGRAL**1. Relatório.**

A Sra. Dra. N... U... E... Z..., Advogada, solicitou por correio eletrónico, enviado a 05-03-2021 ao Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, dirigido ao seu Presidente, parecer para esclarecimento da seguinte questão:

“É possível a um Advogado em prática isolada atuar sob uma espécie de marca?

Nomeadamente em sites e páginas nas redes sociais sob um nome ou logótipo que não é o seu nome

profissional e com a composição de equipa de profissionais como por exemplo: K... L..., LegalonlinePortugaladvogados?"

2. Da competência do Conselho Regional do Porto.

Dispõe o artigo 54.º, n.º 1, al. f) do Estatuto da Ordem dos Advogados ("EOA") que cabe a cada um dos Conselhos Regionais da Ordem dos Advogados, no âmbito da sua competência territorial, "*pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional*".

A matéria ora colocada à apreciação deste Conselho Regional consubstancia, precisamente, uma "*questão de carácter profissional*", pelo que se considera ter esta entidade competência para a requerida pronúncia.

3. Enquadramento.

A questão suscitada prende-se com a forma e meios de publicitação da actividade profissional de advogado, nomeadamente no que se refere ao disposto no artigo 94.º n.º 2 na alínea d) do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA).

4. Apreciação

A Exma. Senhora Advogada Requerente coloca a questão de saber se "*É possível a um Advogado em prática isolada atuar sob uma espécie de marca?*

Nomeadamente em sites e páginas nas redes sociais sob um nome ou logótipo que não é o seu nome profissional e com a composição de equipa de profissionais como por exemplo: K... L..., LegalonlinePortugaladvogados?"

O regime jurídico respeitante à informação e publicitação do exercício da actividade de advogado encontra-se regulado no art.º 94.º do E.O.A.

De acordo com o seu n.º 1, "*Os advogados e as sociedades de advogados podem divulgar a sua atividade profissional de forma objetiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência*".

De entre os diversos conteúdos que são considerados "informação objectiva" pelo EOA, encontra-se "*A denominação, o logotipo ou outro sinal distintivo do escritório*", bem como "*A indicação do respetivo sítio na Internet*" (art.º 94.º, n.º 2, al. d) e l) do EOA).

Por seu turno, nos termos da alínea c), do n.º 4 do art.º 94.º do E.O.A., são actos ilícitos de publicidade "*A prestação de informações errôneas ou enganosas*".

De acordo com as disposições supra-citadas, não há dúvida que a criação de um logotipo e de um site pretendido pelo advogado é informação reputada por objectiva e, como tal, lícita.

Outra questão é o nome ou logotipo com composição de equipa de profissionais, nomeadamente os exemplos referidos pela Sra. Advogada requerente "*K... L..., LegalonlinePortugaladvogados*" que não é o nome profissional do advogado em prática isolada.

A divulgação da atividade deve ser feita de forma objetiva, verdadeira e digna, pelo que deverão ser evitados todos os conteúdos ou actos que possam gerar dúvidas ou confusão sobre a actividade exercida ou a forma como a mesma é exercida.

Ora, a inclusão da expressão "*Advogados*" no logotipo e no site, vai criar a ideia de exercício da atividade do Advogado em forma societária, o que não correspondendo à verdade e poderá criar falsas expectativas nos clientes nomeadamente no que se refere à responsabilidade civil do profissional.

Se o advogado exerce a sua profissão em prática isolada deverá ter o seu próprio logotipo sem incorporar expressões ou frases como "*Advogados*", ou outras expressões que possam induzir em erro sobre a forma de exercício da advocacia, sob pena de se violar o disposto no artº. 94º, nº 1 do EOA.

Conclusões:

I - O artigo 94º do Estatuto da Ordem dos Advogados no seu n.º 1 determina que "*Os advogados e as sociedades de advogados podem divulgar a sua atividade profissional de forma objetiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência*".

II - Entende-se por informação objectiva, a denominação, o logotipo ou outro sinal distintivo do escritório, bem como a indicação do respetivo sítio na Internet (artigo 94º nº 2, als. d) e l))

III- Não exercendo o advogado a sua profissão na forma de sociedade de advogados, mas sim individualmente deverá ter o seu próprio logotipo, evitando conteúdos que possam gerar dúvidas sobre a forma como a atividade é exercida.

IV- A inclusão no logotipo e no site de advogado que exerça a profissão em prática isolada, da expressão "*Advogados*" pode criar a ideia do exercício da actividade de advogado em forma societária, o que não corresponde à realidade e poderá criar falsas expectativas nos clientes, nomeadamente no que se refere à responsabilidade civil do profissional.

Fonte: Direito em Dia